

QUATRO MILÊNIOS DE EXISTÊNCIA JUDAICA.

Uma resumida História Geral israelita, dos primórdios aos nossos dias (I).

INTRODUÇÃO.

Em meio da II Guerra Mundial escrevemos um esboço intitulado **O Caminho de Israel Através dos Tempos**, que foi publicado pela **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** (volume C) em 1945. Desde então passaram-se os anos com experiências novas, decisivas, em todos os domínios da vida humana, com tremendos descobrimentos científicos, históricos, e o que importa muito para a História antiga judaica: arqueológicos. O gênero humano, em uma fase completamente nova de agrupamentos e ideologias, após a hecatombe de 1939-1945, testemunhou Israel renascido.

Nestes nossos dias do **Shaking of the Foundations** (perturbação dos fundamentos) (Paul Tillich) voltamos ao nosso tema predileto, seguindo o desejo muitas vezes expresso, o de tornar a esboçar a história maravilhosa deste pequeno grande povo, do qual diz James Parkes, na sua **História do Povo Judaico**:

“De um lado judeus foram identificáveis como tais, da China ao Atlântico, — e de outro lado, grupos diferentes de judeus eram partes integrantes das mais variadas civilizações e culturas... A história é a de um encontro com Roma, com o Islão, com o Cristianismo medieval, com secularismo e com nacionalismo, e de peregrina preparação para a sobrevivência”.

Enquanto os anos se passaram, foi o material daquele esboço mais de uma vez revisado, acrescido de muitos conhecimentos recentes e de capítulos inteiramente novos, como por exemplo, aqueles que falam dos achados arqueológicos dos últimos dois decênios, ou da extensão do relato até os nossos dias,

preconizando o cataclisma europeu e a transformação da existência judaica em consequência de dois fatores básicos: a criação do Estado de Israel e a mudança da maioria numérica do povo para o hemisfério ocidental, deixando o Judaísmo — após mais de um milênio — de ser fenômeno estritamente europeu.

Deixamos, como na primeira edição, o material agrupado no sentido de fornecer uma espécie de estrutura da história judaica, como aliás o foi observado pelo mestre da historiografia judaica, Heinrich Graetz, antes de publicar a sua monumental **História Judaica**, em dez volumes. Também foi conservada a subdivisão lógica do decorrer da existência de Israel através de quatro ciclos, aplicada por Leo Baeck, nosso querido mestre, nos dois volumes intitulados **Este Povo** (1).

Que este trabalho contribua modestamente para a compreensão de Israel, da estrutura e dos ciclos da sua história milagrosa, de como através das múltiplas esperanças este povo jamais olvidou “A Grande Esperança”, as realizações dos seus sonhos, das suas convicções e ensinamentos.

Não podemos deixar de expressar aqui o nosso profundo reconhecimento pela animação que recebemos do Prof. Eurípedes Simões de Paula e do nosso amigo Carlos Katzenstein, no sentido de produzir aquilo que agora está sendo apresentado.

I

A ANTIGÜIDADE BÍBLICA.

As origens do povo israelita eram ainda desconhecidas até os fins do século passado quando, em 1895, o orientalista Hugo Winkler fez uma descoberta de máxima importância. À cerca de 300 quilômetros ao sul do Cairo, encontraram-se nas ruínas de **Tell el Amarna**, 360 pequenas tábuas de barro queimado, com inscrições cuneiformes. Estas tábuas, por Hugo Winkler chamadas de “Cartas de Tell el Amarna”, datam do século XV e da primeira metade do século XIV antes da nossa era, e representam a correspondência dos faraós egípcios Amenofes III e IV. Documentam extensa troca de notícias entre a cõrte egípcia e grande número de chefes e governadores do Oriente Próximo e Médio.

Nestas cartas de Tell el Amarna encontram-se referências do governador egípcio da Palestina a respeito da tribo dos sa-

(1). — Europäische Verlagsanstalt, 1955-1957.

gaz, que estava para invadir os territórios cananeus e contra a qual pedia socorro urgente. Hugo Winkler identificou essa tribo nômade dos **sa-gaz** como sendo a mesma que, noutra parte, é chamada de **chabiru**. É altamente provável que aquêles chabiru, quanto ao seu nome, sua raça e sua história, tenham sido idênticos aos **ibrim, ivrim, hebreus**.

Quem foram êstes chabiru-ivrim? A etimologia da palavra semita significa: “os que vêm do além”, gente semita que vem do país além do deserto, da Mesopotâmia. Tribos nômade semitas estão, a partir de 2.000 antes da nossa éra, migrando da Mesopotâmia para o Oeste, à procura de novos pastos. Elas preferem, segundo uma lei natural, os vales dos rios, por serem êstes os únicos territórios com bastante pasto e com a possibilidade de radicar-se. O caminho destas tribos que penetram do Leste, está, pois, de antemão traçado, para passar pela Palestina, vale do Jordão, e estender-se até o Egito, com o vale fértil do Nilo. O faraó Amenofes IV, desinteressado da guerra, dedicado na cidade de Heliópolis a transformar o culto politeísta egípcio em um monoteísmo solar, parece não ter impedido a paulatina infiltração de semitas na Palestina, cuja parte sul — em última etapa — é ocupada por êstes invasores em 1.200 aproximadamente.

Nesse grande movimento migratório, a partir de 2000 antes da nossa éra, vem também aquela tribo semita, provavelmente, em meio dos charibu, a qual hoje costumamos chamar de hebreus, Israel. Conhecida é a história bíblica do primeiro patriarca Abraão, que vem do país de **Ur**, na Mesopotâmia, e cuja tribo não é formada de nômade primitivos, pois provêm de um centro da mais alta cultura, como hoje sabemos através das importantíssimas excavações feitas em **Ur** por Sir Leonard Wooley. A tribo hebréia não encontra sossêgo; a Bíblia e a arqueologia relatam-nos que os hebreus, migrando, evitaram serem afetados pelo turbilhão dos movimentos políticos das guerras do Elam, fato histórico transparente no relatório do **Gênesis** sôbre a luta dos reis e o pacto que Abraão firmou com os mesmos. É uma corrente contínua que liga os vales do Eufrates e do Tigre com os do Jordão e do Nilo, centros das antigas culturas. Abraão vai ao Egito por causa da penúria que reina na Palestina. Na tradição bíblica é mantida viva a lembrança das tribos semitas terem a mesma origem e o mesmo país de procedência.

Os hebreus, saídos da Palestina por causa de penúria, radicam-se no Baixo Egito, organizando-se em forma coletiva no

país de Gosem, perto do canal de Suez. Esta tribo forte perde a sua liberdade durante a estadia no Egito, — o mais tardar durante o govêrno de Râmses II, faraó poderoso, agressivo, cujo ódio se dirige contra os “asiáticos”, desde que, durante dois séculos, a tribo dos belicosos **hyksos** usurpara o domínio e o trono do seu país. Enquanto a tradição fala de 430 anos de estadia no Egito, Ben Gurion, o estadista e historiador, a reduz a um espaço de tempo bastante menor. Em todo o caso deu-se o fato inaudito de os hebreus não se perderem no Egito, mas se tornarem capazes de realizar o êxodo milagroso, sob a chefia duma grande e atraente personalidade, possuída de força criadora, que consegue soldar a massa de escravos em uma nação. A Bíblia chama êste herói pelo seu nome: Moisés.

Moisés é hebreu, com costumes egípcios, cortesão educado em um meio de alto nível de vida. Sente-se atraído pelo seu povo, o qual êle descobre; abandona o luxo da côrte, em que fôra educado, voltando-se para o velho ideal hebreu de pastor. Vai à estepe, onde recebe as decisivas experiências religiosas. Inicialmente hesita diante do vulto da tarefa que Deus lhe incumbem; enfim, o antigo homem da côrte, o pastor, transforma-se em líder e chefia o seu povo no êxodo do Egito e nos quarenta anos de travessia do deserto, tendo o ápice de sua vida na revelação do monte Sinai. Sua vida é trágica; êle ama seu povo, mas êste — ainda a pouco escravo, com o horizonte de escravos, — não pode acompanhá-lo nas suas grandes idéias; recai no paganismo, vacilante, indeciso. Moisés tem de lutar com seu povo.

Qual é o caráter da Lei e quais são os ensinamentos que Moisés apresentou? Com a lei mosaica foi dada uma constituição teocrática: Deus é o Rei; concebido na forma do mais nítido monoteísmo ético, ela se nos apresenta no Pentateuco, Torá, Ensino de Moisés.

Encontram-se vestígios egípcios na Bíblia? Além da história de José que mostra nomes egípcios e descreve o ambiente egípcio, poderemos somente explicar o nome de Moisés (**Moshé**) como derivado duma palavra egípcia. A Bíblia explica que Moisés significa: “aquêlê que foi tirado da água”. No conceito egípcio Moisés é “filho”, como: Tutmoses, filho de Tut; Râmses, filho Rá = sol. Quase tôdas as outras tentativas, especialmente as do orientalista A. S. Yahuda, de encontrar vestígios egípcios significativos, falharam. Sigmund Freud, o fundador da psicanálise — que afirmou em um livro sôbre

Moisés, que êste era um egípcio, não-hebreu, que introduziu o culto monoteista solar de Heliópolis, desenvolvido por Amenofes IV, no meio dos hebreus, depois de ter a reação eliminado êsse monoteísmo do culto egípcio. Mas não há indício algum para afirmar que Moisés não era hebreu; e a doutrina de Heliópolis, com os seus clássicos hinos solares foi um monoteísmo astral e não o monoteísmo da personalidade do Deus Único, o monoteísmo ético dos profetas, dos dez mandamentos e do amor ao próximo. Em geral é de presumir-se que os hebreus sabiam manter-se incólumes à influência do ambiente agressivo que para êles significou o Egito.

Nos umbrais dêste século descobriu o orientalista Franz Delitzch cosmogonias habilônicas que — até certo ponto — são parecidas com a história da Criação do Mundo, de Noé e do Dilúvio. Logo fêz-se ouvir o grito: a Bíblia não é original, ela copiou outras culturas mais velhas! Um exame até superficial, todavia, logo provou que sòmente a forma das histórias é parecida com as da Bíblia, porém jamais o será o seu conteúdo. Na lenda babilônica, por exemplo a famosa epopéia de Gilgamesh, são criados os homens por um deus que, tendo se desavindo com as outras divindades, foi lançado para a terra e aí os engendrou com o fim de, com a ajuda dos recém-criados, reconquistar o céu. Comparemos isto com a história da Criação relatada na Bíblia: Deus-Único, por Sua Graça, criou todo o mundo de maneira que todos os homens, tôdas as raças, são filhos de Deus, para os quais só existe uma Lei, a Divina, igual para todos, e uma Verdade, a de Deus.

As partes jurídicas do **Pentateuco** na sua terminologia, são parecidas com o código do rei babilônico **Hamurabi**, dois séculos mais velho do que a **Torá**, o **Pentateuco**. Esta semelhança, porém, é outra vez sòmente formal, usando a Bíblia a terminologia jurídica dos seus tempos, mas com um conteúdo já muito mais humano do que o código de Hamurabi. Enquanto êste, por exemplo, ainda admite que o rico se derima por dinheiro da pena de morte, a Lei de Moisés, praticamente aboliu a mesma e não admite — em caso algum — que ricos e pobres sejam tratados de forma diferente.

A grande herança de Moisés, nos séculos após a sua morte, parece ter sido esquecida; o povo recomeçou, discorde e enfraquecido, a imitar os costumes pagãos. Isto aconteceu, enquanto ainda não estava conquistada por Josué, seu sucessor, tôda a Terra Prometida. Esta foi ocupada sòmente até certo ponto para que tôdas as tribos possuíssem terras suficientes. O reda-

tor teológico do livro bíblico dos Juízes termina quase todos os capítulos dizendo:

“naqueles dias não houve rei em Israel, cada um fazia o que lhe aprazia aos seus próprios olhos”.

O povo discorde, dedicado à prática de cultos pagãos cananeus, ter-se-ia dissolvido. Únicamente seus inimigos e vizinhos, exercendo uma ameaça contínua pelas suas invasões no território hebreu, fizeram com que estas tribos, no áuge do perigo, se unissem e elegessem homens lutadores, chamados Juízes, para organizar e chefiar a defesa.

O **Talmude** e também o judaísta moderno **Martim Buber** no seu livro: **Das Koenigtum Gottes** (O Reino de Deus), são da opinião que, naqueles séculos, a herança de Moisés foi conservada e cultivada pelos anciãos do povo, em cujo meio se desenvolveu tranqüilamente a idéia do “Reino Futuro de Deus”, como um grandioso quadro do porvir diante do triste presente.

No fim da época dos Juízes surge o vulto de Samuel, ao mesmo tempo juiz e portador do grande ideal religioso. Êle viaja através do país, para cuidar da jurisdição, para fundar e manter escolas públicas, organizar a instrução orientando os “profetas”, dos quais havemos de falar mais tarde. Êle é a consciência viva da nação. Continua a sê-lo ainda, quando o povo, contra a vontade dêle, elege um rei, Saul. Saul é praticamente só Juiz. Seu sucessor, Daví, torna-se o soberano e o representante da nação unida e fica, aos olhos do povo, o protótipo real. Conquista Jerusalém, até então ainda nas mãos de uma tribo estranha, transforma-a para ser o símbolo e a Urbe do Reino. O livro dos Salmos é a êle atribuído; certamente por que êle, antigo pastor, com o dom da lírica, foi o compositor dos primeiros hinos desta categoria de poesia religiosa.

Daví deixa o seu reino a Salomão, seu herdeiro, homem forte, capaz, personalidade atraente. Êste, rei absoluto do tipo oriental, eleva pela primeira e única vez, a nação ao nível de grande potência. Firma pactos internacionais, recebe embaixadas, organiza expedições, erige o Templo e os grandes edifícios de Jerusalém, constrói estradas no país, e o povo costumava relatar milagres a respeito da sua sabedoria. Com a sua morte começa a decadência de um regime que repousava exclusivamente em sua forte personalidade. Seu filho e sucessor não é capaz de compreender, nem de dominar a oposição. Naquele século X antes da nossa éra, dá-se o cisma: o

reino laboriosamente erigido por Davi e Salomão desagrega-se.

O norte, mais tarde com a nova capital de Samaria, elege um dos velhos fiscais que estava em oposição contra o regime de Salomão, Jeroboão, como rei do Reino do Norte, também chamado de Reino de Israel. Neste Estado das dez tribos dissidentes é introduzido o culto pagão. Seus reis, em geral, são aventureiros que chegam ao trono por revolução e morrem pelas mãos de assassinos; em cerca de 200 anos, governaram dezenove destes reis, em geral incapazes.

Dois tribos ficam fiéis à dinastia davídica, à capital de Jerusalém e ao Templo; elas organizam-se no Reino do Sul, também chamado Reino de Judá. Estes dois Estados minúsculos, nutrem, em certas épocas, um verdadeiro ódio fraternal, ficando unidos somente em face de grandes perigos. Uma ameaça contínua exercem sobre eles aqueles povos que estão desejosos de possuir o país de Canaã, por ser este a ponte terrestre entre o Egito, a Babilônia e o recém-nascido reino dos arameus de Damasco. Nas mãos dos assírios, ávidos de se expandir de Babel para o Oeste, sucumbe o Reino do Norte já no ano de 722, mal orientado por uma política funesta de alianças bélicas. A sua população é arrastada ao exílio; uma nova povoação, composta de mestiços, os "samaritanos", vem ocupar o solo do reino destruído. Em toda a parte procuravam-se os descendentes daqueles hebreus evacuados, sem que, todavia, fosse possível encontrá-los. Sempre surgem novas teorias a seu respeito. Achamos provável que alguns grupos no Oriente longínquo, em suas lendas e folclore, nos deixaram vestígios desta ascendência. O Reino do Norte, desprovido da grandiosa fé em Deus, descomposto já durante a sua existência nacional, pelas aberrações de cultos pagãos, submergiu para sempre nas trevas da História.

Também o Reino do Sul sucumbe à fatal política de alianças bélicas. Antes da sua destruição, faz o rei Josias em 622 a tentativa de reformar o Estado, a religião e o espírito do povo, introduzindo em cerimônia mui solene, de novo o livro da **Torá**, conforme a opinião quase unânime da escola dos historiadores críticos, o quinto livro de Moisés, o **Deuteronomio**. Josias, em quem o povo concentra todas as suas esperanças, ainda moço, tomba na batalha de Meguido, contra o faraó Necao, em um heróico esforço para impedir aos egípcios a passagem pelos territórios palestinos na guerra contra os assírios. A tragédia é grande, pois falta um sucessor capaz. Em meio das perturba-

ções políticas, em 585, o Reino do Sul é destruído. Nabucodonossor, rei caldeu, vencedor dos assírios, que já dez anos antes levara a Babel a flor da juventude judaica, arrasta o povo ao exílio da Babilônia.

Essa época trágica na sua história política e nacional, é a época clássica dos grandes profetas. O fenômeno da profecia é de origem cananéia. Escolas de “profetas” migraram nos dias mais remotos através do país, para, como oraculistas, predizer o futuro. Ainda na época dos Juizes encontramos a forma primitiva desse tipo, quando Saul procurando as mulas que se perderam, vai aconselhar-se com um profeta vidente.

Ungido como rei por Samuel, Saul volta para casa, adere a um grupo desses homens, e o povo, admirado, diz:

“também Saul está no meio dos profetas?”

Na época antiga, o profeta é vidente, é oraculista. Nos tempos do profetismo clássico, com o vulto das suas personalidades impressionantes, o profeta não é mais, de forma alguma, um oraculista. Elias Auerbach, no seu livro: **Die Profetie** (A Profecia), provou que, por exemplo, o grandioso Jeremias, quando falava do futuro, na maioria dos casos, errava nas previsões dos fatos históricos e, apesar disto, êle continua a ser um dos maiores profetas! Estes vultos, como Jeremias, Osias e todos os outros sofreram por causa da missão que Deus lhes conferira; o encargo tornou-se-lhes muitas vêzes carga pesada, por serem forçados a admoestar, a censurar o povo a quem tanto amavam. Êles enfrentaram o perigo da perda da vida, a prisão, o vilipêndio, obedientes à vontade Divina de exortar, entusiasmadas que eram da palavra do Senhor. Jeremias relata que, em meio da sua mais profunda decepção, êle sente um fogo arder no seu íntimo, que o impele a pregar. Estes profetas têm características diferentes, uns são lutadores, proclamadores da justiça social, políticos: Elias, Amós, Isaias, enquanto outros, como Osias, Ezequiel e o Deutero-Isaias, profeta do exílio babilônico (2), são os pacíficos, os consoladores.

Em que consiste a missão do profeta? Êle quer conservar vivo o velho estilo de viver israelita, a velha ética religiosa, a idéia do Reino de Deus, a ordem e a justiça sociais, protegê-las contra a política de alianças bélicas, a assimilação a ideologias

(2). — Os capítulos 40-60 do livro bíblico de Isaias são, pela ciência da Bíblia, em geral a êle atribuídos.

incompatíveis com o ensinamento judaico (3). No tesouro das suas grandiosas idéias manifesta-se pela primeira vez na História, a concepção da História e consciência mundiais.

O vulto moral dos grandes profetas, para todos os tempos tesouro sagrado da humanidade, fêz com que o povo de Judá não percesse no exílio babilônico. Também no país dos dois rios, continuou vivendo em união nacional, coeso pela consciência viva da sua tradição, fortalecido por sua fé e esperanças religiosas no seu porvir.

No exílio — em hebraico **Golá**, a colônia passou por três transformações decisivas: a) os judeus que tinham sido uma população agrícola, tornaram-se comerciantes, em Babel, grande centro do comércio internacional; b) a coletividade, chefiada por um homem com o título de exilarca, admitido como nobre na côrte de Babel, organizou-se em comunidades chamadas **Kehilôt**, criando, assim, nova forma de existência, cujo tipo se tornou modelar para o convívio de Israel fora da Palestina; c) o antigo culto de holocaustos, reservado exclusivamente ao Templo de Jerusalém e a ser celebrado pela tribo dos sacerdotes, foi substituído pelo serviço religioso das preces, o qual foi introduzido em tôdas as comunidades do exílio, tornando-se incumbência do povo inteiro, tanto de sacerdotes como de leigos.

A situação dos exilados não era ruim. Muitos fizeram fortuna e se radicaram em Babel; outros, todavia, não deixaram de nutrir saudades da velha pátria. Do meio dêsses últimos é que provém o Salmo:

“As margens das águas de Babel estávamos sentados, chorando, ao recordarmo-nos de Sion”.

Os profetas Ezequiel e Deutero-Isaias, mantinham viva a esperança de um futuro regresso à antiga e querida pátria.

Babel foi conquistada por Ciro, rei do império neo-persa. Êste, ansioso por estender os seus domínios por todo o Mediterrâneo, deu permissão aos judeus para voltarem à Palestina. Sonhava com as margens do Mediterrâneo oriental para servir de trampolim para as suas futuras expansões. Em 536 voltaram, segundo a tradição, cêrca de 40.000 judeus, chefiados por Josué o sacerdote, e Serubabel, descendente da dinastia

(3). — Veja: Ernst Troeltsch: *Das Ethos der Biblischen Profeten*, Berlím (1920); Jecheskiel Kaufmann: *The Religion of Israel* (University of Chicago Press, 1960).

davídica. O entusiasmo dos que retornaram é testemunhado pelo Salmo:

“Quando Deus reconduziu os cativos de Sion, eramos como os que estão sonhando...”.

A nova colônia, pobre e fraca, foi impedida de se desenvolver em virtude da oposição dos samaritanos, população mista que fôra transferida para a Palestina depois da destruição do Reino do Norte. No auge das dificuldades, a pequena colônia recebeu a ajuda dos seus irmãos de Babel, a cujo pedido o rei mandou uma magna carta por intermédio de um judeu, oficial da côrte, com o nome de Neemias. Este cuidou da organização do nôvo Estado, criando um exército, reconstruindo as muralhas de Jerusalém, repovoando a Capital e concedendo facilidades econômicas aos mais pobres. Em sua companhia veio Esra, homem afamado no meio da comunidade judaica de Babel, o qual forneceu instrução religiosa à nova colônia palestinese e tomou a iniciativa de impedir e até dissolveu os casamentos mistos, que considerava perigosos para a existência do jovem e fraco Estado.

Em 444 o povo foi convocado para uma solene assembléia, em que foi aprovada como constituição nacional, a **Torá**, os Cinco Livros de Moisés. Como soberano dêste Estado foi aclamado Deus, sendo o Seu representante o sumo-sacerdote, assistido pelo Sinhedrion, grêmio constituído de 71 sábios, conhecidos em hebraico como **Sofrim**, sábios das Santas Escrituras. Chamam a êsse tipo de govêrno de teocracia, isto é, regime de Deus. A assembléia dos 71 sábios coube a interpretação da constituição. A partir daquele ano, a leitura semanal da **Torá** tornou-se parte integrante dos serviços religiosos. Êstes de então em diante, foram celebrados paralelamente com os serviços sacerdotais dos holocaustos, no Templo reconstruído, bem como seguindo a reforma introduzida em Babel, na nova forma de serviços de preces, praticados por tôda a comunidade, tanto sacerdotes como leigos.

*
* *
*

II

O JOVEM ESTADO E A ÉPOCA DO HELENISMO.

Pouco se sabe a respeito do jovem Estado organizado por Esra e Neemias. Não houve mais profetismo; em vez da pala-

vra Divina proclamada pelos profetas, a Lei Escrita, a **Torá**, tornou-se guia no domínio da religião. Ela foi interpretada e aplicada pelos sábios (**sofrim** = escribas) e traduzida para o aramaico, língua popular internacional do Oriente. Este tipo de tradução é conhecido como **Targum** (versão). Os sermões dos profetas foram reunidos e, destarte, formou-se a segunda parte da Bíblia: os **Neviim** (Profetas). Mais tarde, foram também codificadas as Escrituras Gerais, chamadas **Ketuvim**, terceira parte da Bíblia, à qual pertencem, entre outros, os Salmos, os Provérbios, o livro de Job. Nos séculos I e II antes da nossa era, a Bíblia já abrangia os 24 livros de que é hoje formada. Ela é chamada em hebraico **Tenac**, palavra formada pelas letras iniciais dos títulos das suas três partes: **T** orá, **N** eviim e **K** etuvim. Em um capítulo que se segue, trataremos dos achados arqueológicos do Mar Morto (de Jericó, Qumrán), os quais hoje permitem largo conhecimento da história do próprio texto bíblico.

Nessa época, o serviço religioso recebeu, também, a estrutura que em princípio até hoje conservou. Conforme as duas oferendas de sacrifícios no Templo de Jerusalém, foram estabelecidas as épocas cotidianas do serviço comunal, da manhã e da tarde. Mais tarde a estes dois juntou-se um terceiro, o da noite. As duas partes fundamentais foram o **Shma-Jisrael**, a profissão de fé rezada de manhã e de noite, composta de versículos do V e do IV Livro de Moisés, e a **Tefila**, também chamada **Amida**, que é a grande oração das graças e das súplicas que se fazem em prol da coletividade, da humanidade e do indivíduo. Alguns séculos mais tarde, esta oração foi redigida de modo definitivo. O ponto culminante da cerimônia do serviço de **Shabat** (sábado) e das festas, daí por diante, foi a leitura da **Torá**, mais tarde acompanhada pela **Haftara**, capítulo escolhido dos Livros dos Profetas, cujo conteúdo está relacionado ao da **Sidra** (Leitura da **Torá**). O velho ciclo da leitura da **Torá** era de três anos, sendo mais tarde concentrado em um ano, e cada leitura acompanhada da explicação aramaica, proferida por um **meturgeman** (intérprete). Com o fim de cuidar da instrução pública, nos dias em que funcionava o mercado em Jerusalém, às segundas e quintas-feiras, era feita uma leitura abreviada da **Torá**, à qual assistiam os habitantes das aldeias que vinham para a Capital.

Um dos grandes vultos dessa época era Simon Hazadik — Simon o justo como era chamado, — membro da assembléia dos 71 sábios, e que se tornou famoso pelo seu provérbio: — Sôbre

três fundamentos é baseado o mundo: sôbre o estudo da **Torá**, sôbre o serviço religioso e sôbre a prática do bem!

Quando essa época estava no seu florescimento, o Oriente viveu mais uma profunda perturbação: as guerras de Alexandre Magno, as quais, em consequência, trouxeram a expansão da cultura grega no Leste, denominada Helenística. Alexandre Magno parece ter poupado o jovem Estado. A lenda relata que o grande guerreiro enviou oferendas ao Templo de Jerusalém. E' provável que tenha estimado os judeus, pois desde então, muitas famílias israelitas deram o nome de Alexandre, Sander e Sender, a seus filhos, originalmente como preito de gratidão. Depois da morte prematura de Alexandre, o seu vasto império se desmembrou nos três estados chamados diádocos, cada um governado por um antigo oficial do grande rei. A Palestina achava-se situada entre dois dêsses reinos, a Síria e o Egito, os quais disputaram a posse dêsse pequeno país, que finalmente foi incorporado à Síria.

“A civilização grega, originada nas cidades de Atenas e Esparta, evoluiu em cultura mundial. No processo de difusão houve encontros com Babilônia, Assíria e demais culturas do Oriente Próximo. Independente dos destinos políticos de tôdas estas nações, a mais jovem cultura grega penetrou naquelas mais velhas e desenvolveu uma simbiose com as mesmas. O encôntro com o Judaísmo não foi exceção. Depois de Alexandre Magno ter conquistado a Palestina, penetrou nela a civilização grega; o estilo arquitetônico de sinagogas e anfiteatros em Cesaréia e Bet-Sheân testemunham êste processo. As ilustrações no interior da sinagoga de Dura Europos, com os seus temas de objetos da natureza e de figuras humanas, testemunham até que ponto a influência grega tinha-se sobrepôsto à proibição bíblica contra as imagens. Idéias e formas gregas influenciaram escritores judaicos, inclusive o filósofo Filão e o historiador Flávio Josefo. Alguma coisa da herança judaica entrou na literatura helenística: pode-se pensar na Eneida de Virgílio, comparando-se Enéas com Moisés, por terem recebido ambos a missão divina de conduzir povos a novos lares. Neste sentido se pode dizer que, apesar dos contrastes fundamentais entre o monoteísmo bíblico e o politeísmo grego, houve intercâmbio entre duas culturas altamente evoluídas, e em sua consequência, um enriquecimento mútuo” (4).

(4). — Confira Moses Hadas, *Hellenistic Culture*, conferência feita pelo autor in “Boletim Habonim Congregation”, New York, 1964, pág. 4.

O Helenismo, com suas idéias, sua filosofia e variedade dos deuses gregos, apresentou-se como um mundo impressionante e encantador a todos os povos orientais, inclusive os hebreus. Tão profunda como a atração que exerceu, foi a ameaça que significava a sua filosofia, em virtude do contraste em que estava com a tradicional religião israelita monoteísta. A sua primeira e eficaz influência veio exercer-se na grande comunidade israelita radicada em Alexandria, o próprio berço da cultura helenística. Nessa cidade existiam bairros inteiramente judeus e uma sinagoga afamada por seu luxo e por seu tamanho. Ali viviam centenas de milhares de judeus que falavam exclusivamente o grego, usavam nomes gregos, conheciam Sócrates, Platão e os demais filósofos e não entendiam mais o hebraico. Para eles, a Bíblia foi traduzida para o grego, versão esta que foi chamada Septuaginta. Conta a lenda que 71 eruditos trabalharam isoladamente e que as suas versões, na comparação final, se apresentavam perfeitamente iguais. Este fato narrado na carta de Aristéias, livro post-bíblico apócrifo, vem revelar que esta tradução foi considerada de inspiração Divina como o original hebraico. Feita numa época em que o Olimpo dos deuses greco-romanos já começava a perder o seu brilho, teve como grande missão a de espalhar no mundo o conhecimento do monoteísmo israelita, ressaltando que este é a forma mais sublime e culta da concepção da Divindade. Nada melhor pode destacar a importância dessa comunidade que o fato de que havia sido tentada, perto de Alexandria, em Leontópolis, a construção de um templo em que, em língua grega, deveria ser celebrado um culto idêntico ao do santuário de Jerusalém. O experimento, todavia, falhou e a contribuição dos judeus alexandrinos continuou sendo dirigida para Jerusalém, em sinal de união com Israel, como a tradição o prescreve.

Ao mesmo tempo, Filão, judeu alexandrino, adepto de Platão, esforçou-se para harmonizar a filosofia grega com as idéias da Bíblia. As suas volumosas obras não foram reconhecidas pelo judaísmo oficial que, durante séculos, procurou defender-se contra o Helenismo como doutrina estranha; foram felizmente conservadas pela jovem igreja cristã. O quarto dos Evangelhos do Novo Testamento, é profundamente influenciado pelas idéias de Filão. Os judeus helenistas juntaram à Bíblia canônica (oficial), um número apreciável de livros apócrifos e pseudo-epígrafos, isto é, escrituras existentes fora da

Bíblia, as quais enriqueceram o nosso conhecimento dessa época.

O Cristianismo não teria conseguido espalhar-se com tanta rapidez no Mediterrâneo, na primeira fase de sua expansão, se não fôsse o mundo greco-romano ter-se familiarizado pelos judeus helenistas com as idéias bíblicas, especialmente as do monoteísmo e do Messias (Salvador, em grego: Cristo). Paulo, o fundador da igreja cristã, fêz as suas viagens missionárias, com certeza, utilizando-se da Septuaginta, obra dos helenistas israelitas, para explicar a sua teologia.

Em 200 antes da éra civil, os selêucidas, helenistas sírios, tomam posse de Judá. O seu domínio trouxe como consequência um levante nacional e religioso dos judeus, ao qual ficou eternamente ligado o nome dos Macabeus. A Ásia não era coesa. Antíoco, cognominado Epífanês, pretendeu homogeneizar a mistura de tantos povos ali existentes, criando um culto oficial obrigatório para todos, certo tipo de Helenismo, em que o rei fôsse venerado como divindade. A tentativa falhou na Palestina, pois a imitação do rito estranho, com celebrações e aberrações orientais, não conseguiu radicar-se no povo hebreu. Sômente um grupo de sacerdotes esforçou-se para introduzir o paganismo em Israel, com o fim de fazer desaparecer a distinção entre os judeus e os demais povos. Em um levante popular, reuniram os Macabeus, chefiados primeiro pelo sacerdote Matatias, depois da sua morte por seu filho Judá, todos aquêles que se conservaram fiéis à religião e, da pequena cidade de Modeím, saiu um exército de voluntários. Após vários anos de guerrilhas heróicas, conseguiram os pequenos grupos judaicos, em 165 antes da nossa éra, destruir finalmente o grosso das hostes sírias, nas batalhas de Emáus e de Betzúr. Reinaugurou-se o Serviço Divino do Templo, que fôra temporariamente abolido pelo culto sírio helenístico. Tudo isso é relatado nos quatro livros apócrifos (post-bíblicos) dos Macabeus, sendo lembrado de ano em ano em tôda a história por todos os israelitas, nos dias comemorativos de **Canuca**, — festa da Reinauguração do Templo.

* * *

III

O FIM DO ESTADO AUTÔNOMO.

Os hasmoneus — assim se chamaram, mais tarde os Macabeus — tinha transformado o sacerdócio em dinastia real; não

se conservaram, todavia, no nível moral que animara a Matátias e a Judá. O seu govêrno tornou-se uma cadeia contínua de desentendimentos domésticos, chegando até ao ponto de dois parentes, Hircano e Aristóbulo, desencadearem uma guerra civil pela posse da corôa.

No ano 63 antes da nossa éra, o romano Pompeu, o qual se tornara senhor absoluto do Oriente Médio após a sua vitória sobre Mitrídates, foi chamado por Hircano e Aristóbulo para árbitro da sua contenda. Sendo seu general invocado como juiz, Roma poderosa interferiu fâcilmente no minúsculo Estado judeu, nunca mais o largando, apesar do levante feito pelos oprimidos, enquanto Roma estava perturbada por uma guerra civil.

Subiu, enfim, ao trono de Judá Herodes, o mestiço, que se tornou o protótipo do rei judeu à mercê dos romanos. Era homem de tino político, odiado pelo povo desde que se revelou como sendo simples instrumento dos opressores. Filho do idumeu Antípatro, pouco familiarizado com a mentalidade judia, educado em Roma, desejava ardentemente tornar-se imperador do tipo romano. Sua extrema vaidade impeliu-o ao luxo e ao desperdício; erigiu em Jerusalém palácios e teatros suntuosos de estilo romano, mandou afixar nos portões do Templo as águias romanas. Ofendeu os sentimentos do povo cumprindo, zelosamente, as ordens dos opressores em Judá. Viajou para Roma e, aí, ajoelhou-se diante dos ídolos e cortejou o Imperador. Para manter-se na sua posição, forjou intrigas entre os rivais romanos. Desprezado profundamente pelo povo, êste estranho que iniciou o seu govêrno com o extermínio dos seus adversários, levou para Jerusalém os maus costumes e os vícios romanos. As taxas e os tributos foram subindo ao máximo nos territórios sob sua jurisdição de maneira que, quando faleceu no ano 4 de nossa éra, o povo reagiu contra Roma, declarando-a responsável pela miséria que reinava na Palestina, identificando a palavra de **Edom** (idumeu) com o espírito romano da maldade.

Naqueles dias trágicos, os judeus se organizaram em três partidos: os fariseus, os saduceus e os essênios. Como os dois séculos antes da destruição do primeiro templo são caracterizados pelo vulto dos grandes profetas, cuja obra espiritual fêz com que o povo sobrevivesse ao exílio de Babel, assim o último capítulo do Estado israelita e a existência do Judaísmo depois da tragédia nacional, não poderiam ser entendidos sem o fari-seismo. Em capítulo separado trataremos da obra e influência

histórica dos essênios, as quais hoje nos é dada avaliar através dos “Achados do Mar Morto”.

Fariseu significa: aquêlê que quer afastar-se. Os fariseus não criaram nenhuma seita, e sim um programa, o de proteger o povo da influência nociva das mentalidades estranhas à sua tradição, o de conservá-lo fiel às suas convicções, aos seus ensinamentos sagrados e ao seu tradicional estilo de vida, cuja base se firma, inviolável, na Lei Divina. Seus adversários são políticos, os zaduceus, discípulos dos hasmoneus — o partido dos sacerdotes. Estes últimos, tinham como programa básico a restrição do domínio da religião à praxe do culto, proclamando como necessidade a do Estado envolver-se na política internacional. Nem sempre se fêz justiça aos fariseus, uma vez que Jesus se opunha a êles. A história, todavia, lhes deu razão, pois foi graças a êles que se pôde conservar, manter e consolidar o Judaísmo, após a tragédia nacional. Um dos maiores vultos dos fariseus era Hilel, contemporâneo e talvez mestre de Jesus, chefe do Sinhedrion, tribunal rabínico de Jerusalém. Sua vida e suas sentenças são modelares e revelam o espírito sublime do amor ao próximo, da clemência e da justiça. É provável que o seu modo de explicar o amor ao próximo exigido no III Livro de Moisés [cap. 18, vers. 19], exerceu a sua influência sôbre Jesus. Os dois o interpretam de maneira popular: — não faças a outrém o que não queres que a ti façam.

As épocas trágicas sempre deram motivo à origem de seitas. A mais importante dentre as que existiam nesses dias, era a dos essênios, a qual se tornou o berço do Cristianismo. Estes pregavam aos seus adeptos a abstenção dos afazeres quotidianos e da vida pública, e também a necessidade de viver a vida solitária de monges, sem alimentos de carne, exigindo a observação do ritual dos banhos diários de submersão no rio Jordão, com o fim de, simbòlicamente, livrar-se das impurezas da vida e pertencer à comunidade dos que se preparavam para a vinda da salvação. Eram de opinião que apenas a vinda do Messias, a salvação sobrehumana, poderia redimi-los das misérias da sua existência. Maiores pormenores serão dados no próximo capítulo.

Era êste o aspecto que oferecia Judá quando faleceu Herodes. Os romanos, primeiramente respeitaram o seu testamento, que determinava a distribuição de seu reino aos seus três filhos. Reconhecendo depois que êstes eram incapazes de dominar o povo de Judá, anexaram êste território, em 6 da

nossa éra, transformando-o em província do Império Romano e entregando o seu govêrno a **Procuradores** (interventores). A presença dos soldados romanos, das águias imperiais e o uso de moedas romanas, significavam para a população descontente e revoltada, uma provocação contínua que trouxe como consequência a fundação de um nôvo partido — o do zelotes — isto é, dos que zelavam pela mudança da situação política. Era o partido da juventude que, corajosamente, preferiu o fim com o horror ao horror sem fim.

Em 66 estourou a revolta aberta. Em 67 surgiu, no país, Vespasiano com as suas legiões, para subjugar o levante. Os zelotes chefiaram a revolta. A defesa da região setentrional, Galil, foi confiada a Josef ben Mattitjahu, mais tarde chamado Flávio Josefo; êste deixou o seu exército paralisado ante o assalto das legiões romanas que invadiram o país, vindas do norte. Não se sabe, ao certo, se Josefo cometeu traição da causa de seu povo ou se lhe faltavam a coragem e os conhecimentos estratégicos. Odiado como traidor pelos judeus, tornou-se satélite dos romanos, justificando a sua atitude no seu livro **Guerra Judaica**. De sua autoria chegou às nossas mãos outra sua obra, **Antiquitates**, em que descreve a história de Israel, dos primórdios até os seus tempos.

Em 70, ano da morte de Nero, imperador romano, Vespasiano regressa a Roma, como seu sucessor. Seu filho Tito termina a obra de domínio da Judéia. Em Israel reina a discórdia entre os partidos; a juventude zela pelo prosseguimento da guerra e os fariseus — o partido dos velhos — colocam-se a favor de uma paz negociada. A guerra continua, e no dia 9 do mês israelita de av, Jerusalém cai, o seu Templo arde em chamas. Três anos depois, todo o país é definitivamente subjugado.

Muitos milhares de judeus, a flor da juventude, são levados cativos para Roma, integrando o cortêjo triunfal de Tito, em cuja frente apresentam os vencedores os instrumentos sagrados do Templo. A poderosa Roma julgou tão importante a vitória sôbre o pequeno povo de Israel que, em regozijo pelo êxito, foi erigido em honra do vencedor o famoso arco de triunfo. Na parte interna dêsse monumento que ainda hoje se encontra no **Forum Romanum**, foram gravados em alto-relêvo os objetos do Templo, prêsas de guerra, e as cenas do cortêjo triunfal.

Com a destruição de Jerusalém começa a **Golá**, diáspora de Israel. Já alguns séculos antes, havia judeus em outras partes

do mundo. A partir daquela época faltava o centro; o povo judaico e o Judaísmo, todavia, não sucumbiram e a sua história continua.

*

* * *

IV

JESUS, PAULO E A IGREJA.

Quando nos dias da opressão romana, que precedeu à destruição do Templo, as massas de Juda estavam curvadas pelo flagelo, com as energias exaustas pelas injúrias a que estavam expostas, surgiu a ânsia no meio dêles, no intuito de se preparar para uma salvação milagrosa. Estas esperanças apocalípticas tomaram corpo em doutrinas e movimentos, sendo o grupo dos essênios o mais destacado, cujas adeptos se organizaram em **Chevrôt** (= Fraternidades), conventos com rigorosa disciplina e ritual próprio. Estas comunidades praticavam o ideal da pobreza, da abstinência, dos banhos simbólicos, no intuito de se purificar, assim preparando a redenção aguardada como iminente. O mais conhecido dêstes grupos é o de **Qumran**, perto de Jericó, à beira do Mar Morto, do qual falaremos com mais vagar no capítulo seguinte, ao descrever os famosos “achados do Mar Morto”.

De uma ou de outra maneira, êstes movimentos messiânicos também se tornaram solo materno e célula materna para aquela nova religião que nasceu naqueles dias trágicos no meio judaico: o Cristianismo. Jesus de Nazaré, pregador da vinda do Messias (= Salvador), identificado pelos seus discípulos como o Cristo (= Salvador), era filho do povo judaico; nasceu, viveu e morreu como judeu. Também seu ensinamento básico, o amor ao próximo, tem a sua origem na Bíblia judaica, onde no III Livro de Moisés (capítulo 19, versículo 18), é dito:

— Amarás ao teu próximo, por ser êle igual a ti.

No famoso Sermão da Montanha (Evangelho de Mateus, capítulo 5 até 7), Jesus fala em têrmos da escola rabínica orientada pelo sábio Hilel, interpretando aquela prescrição em linguagem popular:

— Não faças a outrém o que não queres que a ti façam,

e inclui na sua pregação também o amor ao inimigo.

Saulo de Tarso, posteriormente chamado Paulo, assumiu na geração que seguiu a Jesus, a orientação dos apóstolos (mensageiros da sua doutrina) e promoveu a separação definitiva entre a religião materna e o Cristianismo. Ensinou que Jesus, (o Cristo = Salvador), viera ao mundo como a “Finalidade de Lei” e que a fé na sua morte pelos pecados dos homens constituiu a salvação dos mesmos. Com êste passo abandonou em definitivo o Judaísmo tradicional, o qual considera o cumprimento da Lei Divina como conceito básico da vida religiosa.

Paulo tornou-se o grande missionário do nôvo credo, primeiro visitando e pregando em meio das comunidades judaicas no Mediterrâneo, as quais estavam espiritualmente preparadas através dos sermões dos profetas bíblicos para entender a figura de um Messias (= Salvador). Posteriormente dirigiram-se êle e os apóstolos aos povos pagãos, em um esforço bem sucedido de no seu meio pregar a missão cristã.

A jovem religião colecionou nos dois séculos após Jesus os Evangelhos (as mensagens) bem como as missivas de Paulo como integrantes da segunda parte da sua Santa Escritura, denominada de Nôvo Testamento, unindo o mesmo à Bíblia judaica de 24 livros, a qual de então em diante, no meio cristão é chamada de “O Velho Testamento”.

Os rabinos, o assim chamado grupo dos fariseus, tinham-se recusado a reconhecer Jesus como o Messias (= Salvador), anunciado pelos profetas bíblicos, por causa de modificações que êle tinha introduzido na sua pregação. Assim não o aceitaram como o “Cumprimento da Lei”, persistindo na tradição hebraica, que o Messias haverá de cumprir a Lei sem alterações.

Os romanos, aos quais não poderia ter passado despercebido um movimento popular como aquêle de Jesus, com tudo o que se passava ante os seus olhos, qualificaram-no como revolucionário, pretendente ao trono de Judá. Não entendendo a significação de um Salvador religioso, executaram-no e escreveram na cruz: **INRI**, o que é a abreviação do título: **Jesus Nazarenus, Rex Judaeorum**.

Jesus não morreu por mãos judaicas, pois a crucificação era método romano, provávelmente vindo da Pérsia, e a data da mesma foi o primeiro dia de **Pessach** (= Páscoa), em que tribunal judaico algum, — no caso hipotético de ainda ter tido competência em matéria de “crimes capitais”, teria executado tamanha sentença (5).

(5). — Paul Winter, *The Trial of Jesus*, in “Commentary”, New York, setembro de 1964, vol. 38, n.º 3.

O Cristianismo levou ao mundo a missão do grande ensinamento do amor ao próximo e da paz. Muitas vèzes, durante séculos, indivíduos e sociedades humanas não estavam bem maduras para integralmente entender tôda a significação dêste ensinamento. Houve épocas em que se tinha construído a injusta acusação contra tôdas as gerações judaicas de “culpa coletiva de deicídio”. Hoje assistimos a uma nova e feliz aproximação entre todos os credos monoteístas, no intuito de — com mútuo respeito — ensinar a palavra de Deus, para o bem da civilização humana que disto tem tremenda necessidade.

* * *

*

V

OS ACHADOS DA ARQUEOLOGIA.

O nosso relato até agora feito seria incompleto se não dedicássemos êste capítulo ao ramo de estudos que a partir do começo do século XX, e especialmente nos últimos trinta e cinco anos, decisivamente alargou os nossos conhecimentos históricos da Antigüidade: a arqueologia. Quando se escrever no futuro a história da nossa era, ao lado dos tremendos progressos alcançados nos domínios das ciências, da técnica, da psicologia, o historiador terá de mencionar os achados arqueológicos que nos revelaram um quadro nôvo da Antigüidade em geral e especialmente da era bíblica e da história do Judaísmo e do Cristianismo nos seus primórdios.

Já nos referimos aos achados de Sir Woolley que elucidaram a civilização de Ur, pátria de Abraão, já falamos de Tell el Amarna, onde Hugo Winckler encontrou a primeira menção dos **habiru** — hebreus. Agora enumeremos alguns dados máximos da arqueologia que elucidam os relatos bíblicos. Em Ugarit — Ras-Shamra, na Fenícia, bem como na região sinaítica, encontraram-se os primeiros alfabetos, sendo hoje opinião geral que o sistema do Sinai, achado por Sir Flinders Petrie é o mais velho. Em todo o caso foram comerciantes que simplificarão a escrita de imagens em escrita de letras. E por intermédio dos fenícios — os comerciantes internacionais do Mediterrâneo — chegou o alfabeto à Europa, usando até a denominação aramaica, internacional nos idiomas europeus (Alef = Alfa, Beit = Beta, etc.). Em 1925 achou-se em Lachish, região estratégica no sul de Jerusalém, uma biblioteca real, da-

tando dos dias do profeta Jeremias, que contém nomes de oficiais e funcionários idênticos aos mencionados no livro dêste profeta. Tur Sinai, em Jerusalém, publicou os pormenores. Nelson Glueck descobriu no sul, no **Neguev**, as minas do rei Salomão, mencionadas na Bíblia, e com dinamismo desvendou os mistérios da civilização nabatéia, no sul do país, chegando a descrever o sistema interessante da irrigação dessa região e a declarar, em uma conferência em Londres, à qual o autor teve o prazer de assistir, que quem tem o domínio do sul, domina estrategicamente o país inteiro.

Nestes últimos meses fizeram-se achados em **Masada**, à beira do Mar Morto, naquela fortaleza rochosa, em que heróicamente se resistiu até a morte aos opressores romanos. Também acharam-se recentemente os primeiros documentos que nos elucidam a época do último levante nacional chefiado por Bar Kochba, do qual falaremos em outro lugar. Até há pouco, quase os únicos relatos foram os do Talmude; hoje possuímos — conforme se anuncia em notas prévias — assinaturas e ordens, nomes e previsões de Bar Kochba e de seus oficiais. E' de se esperar que o solo palestinese revele cada vez mais a história milagrosa que nêle se viveu.

Tudo o que foi dito até agora, fica ultrapassado pelos achados que datam de 1947 em diante, comumente denominados "Achados de **Qumran**, do Mar Morto, de Jericó". Quando em 1947 ficou criado o nôvo Estado de Israel pelas Nações Unidas, votado em uma sessão presidida por um brasileiro, Osvaldo Aranha, a data da demarcação entre o nôvo Estado e a Transjordânia ficou adiada por um dia, no intuito de se permitir ao arqueólogo Sukenik ainda pisar no solo jordaniano e inspecionar alí manuscritos recentemente achados por um beduino em grutas, em **Qirbet Qumran**, à beira do Mar Morto, contidos em vasos de barro, quebrados, mas com o conteúdo bem conservado no clima sêco das grutas. O metropolitano do convento sîrio-ortodoxo de Jerusalém recebeu os achados, mas Sukenik somente pôde dar uma olhada nêles, pois depois foram vendidos a negociantes de antiguidades em Nova York. O filho de Sukenik, **Yigal Yadin**, ao mesmo tempo chefe do Estado-Maior do nôvo Estado de Israel e arqueólogo, conseguiu despertar o interesse de um mecenas nos Estados Unidos, que comprou os rolos, doando-os à Universidade Hebraica de Jerusalém, onde em um recinto chamado **Heikhal Hasefer**, recinto do livro, foram depositados e estudados. Tratava-se inicialmente de sete manuscritos, em parte muito bem conservados; com o decor-

rer do tempo, até hoje, avolumam-se os achados de Qumran para dezenas de milhares de pequenos pedaços de manuscritos, em parte ainda inacessíveis, cuja interpretação demorará ainda anos e anos. O que sabemos é que a maioria foi escrita em hebraico, pequena parte em outros idiomas semíticos próximos, alguns também provavelmente em grego.

O que nos revelam êstes achados?

Voltemos aos tempos que precederam a éra de Jesus, à época da opressão romana. Houve uma comunidade, provavelmente uma dentre muitas, uma espécie de **Chevra**, fraternidade, espécie de convento, onde se tinham refugiado grupos judaicos ante o flagelo romano. Estavam convencidos de que “os filhos das trevas” iam irromper sôbre “os filhos da luz”. Os legionários de Vespasiano estavam em Cesaréia, receava-se que êles, de caminho para Jerusalém, fôsem invadir também as comunidades do Mar Morto. Sonhavam àcerca da vinda do Messias-Salvador, preparavam-se para a sua chegada com rezas, jejuns, ceias coletivas, banhos religio-rituais em fraternidade; e também preparavam-se para a resistência. Pois a biblioteca de rolos sagrados ficou escondida nas grutas, as quais eram o refúgio do povo em horas de perigo, durante a opressão romana de 68, bem como mais tarde, durante o maior dos levantantes nacionais, o de Bar Kochba. Quando em 68 da nossa éra, o inimigo chegou, esta **Chevra**, como provavelmente muitas do mesmo tipo, submergiu em ruínas. Durante dezenove séculos houve uma vaga recordação daquelas grutas e tumbas. Roma passara, o Cristianismo se expandira, Maomé e suas legiões tinham passado perto do lugar, assim como os cruzados. No Talmude se fala de **Chevrôt**, em têrmos vagos, misteriosos; no princípio do nosso século publicou Luís D. Ginsberg, em Nova York, alguns fragmentos oriundos desta região, provavelmente cópias medievais de obras que datam daquela época. Êle os descreve como literatura vinda de um grupo de zadoquitas, partido dos sacerdotes daquela época, manuscritos que contêm algo de similar com os documentos agora descobertos. Já antes, no século III se fizeram achados naquela região. Orígenes, erudito cristão-bíblico, relata que encontrou uma tradução dos salmos com outros livros escritos em hebraico e grego; no fim do século VIII o Patriarca de Selêucia achou manuscritos do Velho Testamento e outros. No século IX fala um comentário oriundo da seita dos **Qaraim** (6) (veremos a ex-

(6). — Grupo Judaico que se baseia sômente na Bíblia e nas obras dos rabinos, que se formou no Oriente no século IX.

plicação em outro lugar) de uma seita de grutas com calendário próprio e explicações. Onze séculos mais tarde vieram os grandes descobrimentos dos nossos dias.

Apesar de dúvidas emanadas de um erudito, pode-se averiguar a idade relativamente exata dos documentos: 1) em uma distância de 400 metros acharam-se moedas em uso durante a existência do Estado Judaico (até 70 da era cristã); 2) o teste paleográfico (estilo de escrita) corresponde a esta época; 3) o assim chamado teste carbônico, que mede a perda de rádio-atividade do material orgânico. Assim se chega a uma fixação de um século antes até um século depois de Jesus, tendo-se em mente que em 68 da era atual os rolos foram escondidos, porém muito tempo antes foram usados, como se vê pelo gasto do material e até por meio de emendas feitas nos textos.

Os achados primordiais, como até agora teremos de admitir, são os assim chamados sete rolos: dois manuscritos do Isaías bíblico, muito usados e em estado de conservação diferentes, com escrita plena e com mínimas diferenças em comparação com os textos autoritativos, fixados nos séculos VII até IX da era atual pela **Massôra**, obra dos eruditos palestinos e babilônicos que determinaram em definitivo todo o texto da Santa Escritura. Estes manuscritos são por um milênio mais velhos do que todos aqueles que até hoje possuímos, como veremos mais adiante. Eles confirmam a veracidade da tradução grega autoritativa dos LXX, feita no século II antes da era atual, às vezes posta em dúvida acerca da sua exatidão. O que diz respeito a todos os achados de manuscritos bíblicos seja antecipado: as teorias da escola crítica e supercrítica da Bíblia, iniciada por Wellhausen (**Israelitisch Jüdische Geschichte**) definitivamente caem por terra.

Os outros cinco rolos encontrados refletem a atmosfera e os problemas de vida, bem como as convicções religiosas que dominavam o país naquela época crucial do último século de antes e do I século depois de Jesus. — Possuímos:

1) um comentário do texto bíblico do profeta Habakuk, com explicações místicas e referências político-religiosas. Fala dos **kittim**, originalmente caldeus, termo mais tarde aplicado provavelmente aos invasores e à sua força bruta. A vinda dos **kittim** punirá o sacerdote desonesto em Jerusalém, enquanto os Eleitos de Deus serão chefiados pelo **Kohen Tsedek**, sacerdote da justiça. O mesmo tema se encontra em: 2) Hinos de Gratidão; 3) Guerra dos Filhos da Luz contra os Filhos das Trevas, como texto influenciado pelo dualismo persa; 4) Manual de Dis-

ciplina; 5) o sétimo manuscrito, primeiro erradamente interpretado como **Rôlo de Lamekh** (7) que vai do nascimento de Noé até o nascimento de Isaac.

A língua dominante é o hebraico clássico nos livros bíblicos, dos quais se acharam posteriormente muitos, quase todos, exceto o pequeno rôlo de Ester; no resto do hebraico post-clássico e o aramaico, também o grego, e o mandéu.

Recordemos que no século antes da destruição do Estado Judaico se tinham formado quase simultaneamente, em todo o caso em curto espaço de seqüência, quatro orientações político-religiosas: a) os **perushim**-fariseus, os rabinos que almejavam, e conseguiram salvar o povo, através de estudos normativos da Lei; b) os **tsadukim**, zaduceus, o grupo sacerdotal-aristocrático; c) os **essênios**, que se dedicavam à doutrina asquética com seu ritual que adiante veremos; d) o grupo dos **zelotes**, que zelavam pela defesa ativa.

Não mais se pensa hoje que o grupo dos zaduceus foi o **background** de Qumran, apesar de se mencionarem dois sacerdotes, o malvado, e o **Kohen Tzedek**, sacerdote justo.

Cecil Roth, o historiador, quer atribuir à comunidade a mentalidade zelota (8). Ele se baseia no fato de que se achavam também manuscritos de Qumran na fortaleza de **Massada**, núcleo da mais heróica resistência contra os romanos. Também em favor da sua teoria vem, assim o julgamos, um fato que até hoje foi inexplicável: Jesus declara no Sermão da Montanha:

“Foi-vos dito: Amai vossos amigos e odeiai vossos inimigos, porém eu vos digo...”.

Até agora não sabíamos a que Jesus se referia, pois em nenhum lugar bíblico se encontra a sentença a respeito do ódio contra os inimigos. Agora se descobriu que ela se acha em um dos manuscritos (9). E se podia ter bem em mente que tal pronunciamento emanava dos zelotes.

Existe, todavia, quase unanimidade de julgamento de que se trata de uma **Chevra** ou de **Chevrot** (fraternidades) com doutrina dos **essênios**. Filão, Flávio Josefo, bem como Plínio-o-Velho, tiveram estima profunda pelas suas atitudes humanas e éticas. Eles viviam em conventos, sempre um de homens e outro de mulheres e crianças, como se descobriu na organização

(7). — É uma paráfrase do Gênesis bíblico, em aramaico, livro apócrifo.

(8). — Cecil Roth, *New Light on the Dead Scrolls*, in “*Commentary*”, New York, junho de 1964, vol. 37, pág. 27.

(9). — Veja *The Scrolls and The N. T.*, ed. Krister Stendhal, SCM Press London.

dos cemitérios que se acharam nas cercanias. As idéias mestras desta seita foram: viver em absoluta pobreza pessoal, obedecer a uma rigorosa disciplina organizada pelo conselho de 12 anciãos, manter pureza ritual, tomando banhos religiosos de imersão, observar a asquese, aguardar de forma apocalíptica o fim do mundo. Entre os têrmos teológicos encontram-se o da **Teshuva** (retôrno a Deus), a ceia religiosa, a união, a **Brit Khadasha**, a nova aliança. Na Chevra reina disciplina para-militar, ela é governada por um **Kohen Tzedek** (sacerdote da justiça). Enquanto o Judaísmo dos rabinos é normativo, regulando a vida pela Lei, aqui se encontram traços da **Gnosis** = Saber e Credo, como as forças salvadoras. Tudo isto já tem características do Cristianismo, porém é sômente o solo materno em que êste teve as suas raízes. O **Kohen Tzedek**, por John Allegro identificado com Jesus, não é Jesus, nem a personalidade do Salvador, mas simplesmente um cargo; faltam a dogmática cristã e o conceito cristão do Salvador. Mas não resta dúvida que estas **Chevrôt** eram o fundo, no qual se desenvolveu a nova religião. E os rolos transmitem o conhecimento de quão fortemente o Cristianismo teve a sua origem nos conceitos daqueles grupos judaicos:

“êles nos fornecem o fundo sôbre o qual se desenrolou o primeiro ato do drama cristão” (Theodor Ghaster).

Resumindo, é lícito dizermos que ainda podemos esperar, para o futuro, novos descobrimentos, que cada vez mais elucidarão aquêles séculos dramáticos do fim da éra pré-cristã e dos primeiros séculos posteriores. Os achados até agora decifrados e interpretados nos permitem tomar conhecimento:

a) do fundo judaico-palestinense do Cristianismo, sendo êles os primeiros documentos arqueológicos que se referem à mentalidade do Nôvo Testamento;

b) de uma importantíssima confirmação do Velho Testamento e da fidelidade da sua tradição literária e textual, permitindo-nos recuar por um milênio além das datas dos documentos até agora existentes;

c) da apresentação de vasta e rica literatura apócrifa (fora do **canon** oficial);

d) da elucidação de uma das épocas menos documentadas da história do Judaísmo e das religiões, bem como dos seus tesouros espirituais. Além disto, ampliou-se o panorama da lite-

ratura pseudo-epigráfica das civilizações rabínica, gnóstica, grega e mandáica (10).

*

* * *

VI

OS JUDEUS NO IMPÉRIO ROMANO.

A Palestina depois da definitiva ocupação romana em 73, tornou-se domínio imperial, sendo os judeus forçados a pagar uma contribuição ao templo de Júpiter Capitolino, chamada o **fiscus judaicus**. O encargo do sumo-sacerdote e o **Sinhedrion** (tribunal rabínico) foram abolidos.

Quando Vespasiano estava sitiando Jerusalém, um homem, como um morto, colocado num caixão, fôra levado para fora da cidade. Era o fariseu Rabi Jocanáan Ben Zakái. Sabendo que o sábio pertencia ao partido dos que eram a favor da paz, o romano acedera ao seu pedido de estabelecer em Jabne, à beira-mar, perto da Tel-Aviv de hoje, um colégio para os seus discípulos. Em Jabne esperava Rabi Jocanáan o fim da guerra e proclamou a sua academia como o nôvo centro espiritual de Israel, formando com o resto dos jovens rabinos que sobreviveram à tragédia um nôvo **Sinhedrion**, cujo presidente de então em diante gozou do título de **Nassi** (príncipe). O serviço dos holocaustos ficou suspenso e aos que lamentavam essa mudança Jocanáan recordou a sentença do profeta: “Amor desêjo, e não holocaustos”. Introduziu-se assim, definitivamente, como o único culto o das preces, já desenvolvido desde os tempos do exílio de Babel. As sinagogas, em hebraico chamadas **Bet Haknesset** (= “Lar da Comunidade”), tornaram-se os centros de convívio espiritual e social do povo em dispersão, enquanto se formaram institutos de estudo (**Bet Hamidrash**) ao seu lado, recebendo do colégio de Jabne tôda a sua orientação. Por esta autoridade religiosa foi empreendido o passo decisivo da separação entre judeus e judeus-cristianizantes. Os vestígios desta medida se encontram ainda hoje na grande oração para os dias úteis.

Em vez do Estado que acabara de existir, a **Kehila** (comunidade), já conhecida desde os dias do primeiro exílio de Babel,

(10). — Esta descrição baseia-se numa conferência recentemente feita pelo autor na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

tornou-se a única forma de existência e de organização da coletividade, ficando assim até os nossos dias.

Já séculos antes da destruição do Estado, havia uma diáspora israelita. Em todos os territórios do Mar Mediterrâneo, bem como na Mesopotâmia, desde os tempos do exílio de Babel, viviam os judeus em grandes comunidades, cujo esplendor, muitas vezes, fôra muito além do da velha pátria. Lembra-se, como exemplo, a prosperidade da **Kehila** de Alexandria. Em tôda a parte havia sinagogas onde se praticava o serviço de preces.

A lei romana das sociedades continuava também depois da destruição do Estado israelita a permitir aos judeus a fundação de comunidades. Ao redor das mesmas reuniram-se grupos consideráveis de pagãos judaizantes, pois em meio da decomposição moral que reinava no império romano do século I da nossa éra, os pagãos cultos, como por exemplo, o filósofo Sêneca, ou o poeta Juvenal, admitiram que a ética e o estilo de viver dos judeus, o seu monoteísmo e a sua fidelidade para com a sua grande tradição, se tornaram imponentes e atraentes para um mundo que estava em decadência. Disse Sêneca: — Os (israelitas) vencidos, impuseram aos vitoriosos a sua lei! — Pois em tôda a parte houve conversões ao judaísmo. Até Popéia, espôsa do imperador Nero, tornou-se judaizante. Tão grande foi a atração que exerceu esta religião, que o imperador Domiciano censurou cruelmente a conversão à mesma, perseguindo seus prosélitos, enquanto seu sucessor Nerva se viu obrigado a suspender a opressão, devido ao grande número de neo-judeus. E' provável que também uma viagem do Rabino Gamliel II e de seus amigos a Roma, no século I, foi motivada pelo proselitismo. Antes que tudo, a expansão do Cristianismo, nos primeiros séculos, efetuou-se graças à reputação que gozavam a sinagoga e a Bíblia.

O Judaísmo estava nas vésperas de tornar-se religião universal. Ora, no comêço do século IV, a Igreja, até então perseguida no Império Romano, foi primeiro tolerada e, depois, estabelecida como religião oficial por Constantino-o-Grande. O Cristianismo, durante dois séculos vítima da intolerância, de então em diante desenvolveu-se para tornar-se religião estatal universal, adotando os mesmos métodos, sob os quais tanto sofrera, para oprimir os judeus, classificando-os de "deicidas, pérfidos, celerados". Apesar disto, todavia, o Judaísmo ainda continuava muito estimado no meio dos pagãos; somente a introdução duma legislação repressiva, anti-judaica,

conseguiu cortar-lhe definitivamente o caminho para tornar-se religião mundial.

Os hebreus nunca esqueceram a perda do seu Estado autônomo. Na Palestina eram fracos, mas, quando o imperador Trajano (98-117), no Leste longínquo, estava empenhado em combates difíceis com os partas, nas suas costas surgiu o primeiro levante nacional judaico, no Egito, Cirenaica, Líbia e na ilha de Chipre. A luta tornou-se ferocíssima, e a revolução foi vencida somente ao cabo de muito esforço. Em Chipre combateu-se com tanta fúria que, depois de dominada a revolta, ficou proibido aos judeus, para sempre, pôr o pé no solo dessa ilha.

Durante o reinado de Adriano (132-135), verificou-se o grande e último levante nacional dos judeus palestineses, encorajados por Rabi Akiba e chefiados por Bar Kochba ("filho das estrelas"). A pequena colônia hebréia deu prova de coragem e tenacidade exemplares, de forma que os romanos chamaram até o seu mais hábil general, Júlio Severo, então na Britânia, e empregaram no combate as suas melhores legiões. Bar Kochba retirou-se, finalmente, para a fortaleza de Bethar, que caiu após meses da mais enérgica resistência, enterrando nos seus escombros os seus defensores. Seguiu-se uma época de perseguições e de martírio.

Todos os esforços espirituais dos judeus, naqueles séculos, eram dedicados à fixação e ao ensino dos grandes valores morais e religiosos, nos chamados estudos rabínicos, e à defesa moral e jurídica da coletividade israelita no Império Romano. À vida espiritual, dedicamos o capítulo seguinte. Quanto à situação legal, eis o seu desenvolvimento: sob a influência da Igreja, desde os tempos de Constantino-o-Grande, evoluiu uma legislação especial anti-judaica, na qual se acham os princípios de tôdas as medidas ofensivas, cruéis e desumanas que reencontramos mais tarde nos diversos regulamentos anti-judaicos de tôda a Idade Média e até da Época Moderna.

As diversas leis repressivas, que mais tarde foram reunidas ao código do imperador Teodósio II (408-450), eliminaram os judeus de todos os encargos oficiais e honorarias públicas, os quais lhes foram concedidos caso se batizassem. O grande legislador Justiniano (527-565) descreveu o fim dêsses regulamentos da seguinte maneira:

Não gozarão os judeus de honras do Estado; o seu destino será aquela baixaza em que desejam conservar suas almas!

Também a lei privada estabeleceu restrições ofensivas contra eles, impedindo, por exemplo, que fôsem excluídos como herdeiros seus filhos que se batizassem, mesmo que êstes se tornassem culpados dos mais graves crimes para com os pais. Além disso, foram excluídos de prestar testemunho contra cristãos, enquanto o seu testemunho em favor de um cristão fôsse considerado em vigor. A desconfiança deu origem ao “juramento judaico”, praticado em tôda a Idade Média com o fim de ofender os israelitas, sua dignidade humana e os seus sentimentos religiosos.

No século VI, em quase todos os países do Mediterrâneo, a situação social e jurídica dos judeus era tão ruim que os grandes rabinos resolveram fixar por escrito aquilo que durante séculos fôra estudado e desenvolvido nos grandes colégios, como sendo a orientação espiritual de tôdas as comunidades, o Talmude, obra que conhecemos como o repositório da imensa cultura rabínica.

*
* *
*

VII

A ÉPOCA DOS RABINOS.

Graças à ação previdente do Rabi Jocaná Ben Zakai apresentou-se ao povo israelita, no auge da catástrofe nacional, uma nova orientação espiritual, transplantável, de molde a conservar a Nação sem Estado. Seguindo o exemplo de Jabne, em um século, fundaram-se mais colégios do mesmo tipo às margens montanhosas do Lago Kinnéret. Os mais conhecidos tornaram-se os do Rabi Meir e do Rabi Akiba. A nação israelita transformou-se na comunidade do Judaísmo, ao qual, com os seus códigos e ensinamentos, cabe o mérito de ter conservado os judeus na sua existência espiritual durante quase dois milênios de dispersão.

O ensinamento verbal, em hebraico **Talmude**, interpreta o ensinamento escrito, a **Torá**. Desde os dias de Esra, quando a **Torá** se tornara constituição, provara-se a necessidade de interpretar o verbo escrito e adaptá-lo a situações as mais variadas. As explicações,* já naqueles dias, eram tão velhas, que se costumava chamá-las de “Ordem verbal dada a Moisés no Sinai” junto com a revelação da Lei Escrita. Em muitos colégios, em Jabne, em Tibérias, Sepphoris e Cesaréia, centenas de sábios, entre os quais Shimon Ben Shétac, Hilel e Sham-

mai (11), Akiba e Meir, Gamliel I e II, estudaram e discutiram a Lei. O material destas controvérsias eruditas avolumou-se de tal maneira que se teria perdido grande parte do mesmo, se fôsse conservado apenas como tradição verbal. Assim, em 200 da éra civil, o Rabi Jehuda Ha-Nassi, o “príncipe”, homem sábio e amigo entusiasta dos estudos, redigiu uma coleção sistemática das sentenças, baseando-se em obras preliminares dos outros mestres, especialmente nas do Rabi Akiba e Rabi Meir. Esse código foi chamado **Mishna**, “recapitulação”, que era, daqueles estudos.

Poucas sentenças ficaram fora da codificação, sendo estas chamadas de **Baraita** ou **Tosefta** (“sentença não codificada”). Os sábios, de cujas contribuições nasceu a **Mishna**, foram chamados **Tanaim**, isto é, preceptores.

A **Mishna** não é comentário que acompanhe verso por verso a Bíblia, mas sim um código sistemático em que se reuniram as opiniões dos **Tanaim**, em seis livros intitulados: Sementes, Épocas Festivas, Mulheres, Indenizações, Holocaustos, Higiene.

Após o fracasso do levante de Bar Kochba, a situação cada vez mais difícil da coletividade judaica da Palestina fez com que se transferisse o centro da vida e da ciência israelitas para Babilônia, onde existia uma colônia bem organizada desde os dias do primeiro exílio. Dois discípulos do Rabi Jehuda Ha-Nassi, chamados na tradição Rav e Samuel, levaram a **Mishna** para Babel, fundando ali colégios que, durante séculos, funcionaram em Sura, Naḥardéia e Pumbedita. E’ natural que, também, na Palestina não se fechassem os colégios, enquanto havia comunidades organizadas.

Aquêles estudos feitos na Palestina e em Babilônia, que se baseiam na **Mishna** com o fim de discutí-la e interpretá-la, são chamados **Guemára**, “estudos finais”. A **Mishna** e a **Guemára** que acompanha a mesma de sentença por sentença, reunidamente, constituem o **Talmude**, isto é, “estudo”, “ciência”. Tendo a **Mishna** sido estudada e discutida nos colégios palestinos e nos babilônicos, possuímos duas **Guemarôt**: a palestinese e a babilônica. A **Mishna**, acompanhada da **Guemára** palestinese, é chamada Talmude Palestinese, também erroneamente chamado de Jerushalmi. A **Mishna**, alargada pela **Guemára** babilônica, é chamada de Talmude Babli.

O Talmude Palestinese foi redigido às pressas, quando, no século V, a opressão no país se tornou cada vez mais veemente.

(11). — Estes dois foram contemporâneos de Jesus.

Em Babilônia, apesar de uma época perigosa, durante o regime da dinastia dos sassânidas, no século III, e dos intolerantes adoradores do fogo, a situação dos judeus era melhor que na Palestina. Gozavam, ali, de autonomia administrativa e cultural sob um governador reconhecido pelo Estado, descendente da casa de David, chamado **Exilarca**, isto é, “príncipe do exílio”. As autoridades religiosas organizaram os colégios, dos quais eram os presidentes. Até o fim do século VI e o começo do século VII, avolumaram-se as explicações e discussões de tal modo que foram, enfim, em certa tranqüilidade, redigidas e reunidas na já citada **Guemára Babilônica**.

O Talmude Babli é muito mais extenso do que o “Jerushalmi”, pois foi redigido dois séculos mais tarde do que êste, gozando, assim, de maior prestígio. Muitas vêzes, todavia, os **Amoraim** (12) de Babel procuravam orientar as suas opiniões pelo pronunciamento dos velhos mestres do Talmude Palestinese. Além do Talmude existe a literatura volumosa dos **Midrashim**, em que os rabinos dão as suas explicações, acompanhando, verso por verso, o texto bíblico.

Perguntemos, agora, quem eram êstes sábios? Eram professores, eram, por acaso, homens que viviam nos seus quartos de estudo? — Não. — Eram homens do povo, sapateiros, alfaiates, marceneiros, ferreiros, tintureiros, curtidores, enfim, na sua maioria, artífices, que duas vêzes ao ano, nos meses de Kalla (13), nos meses israelitas de Adar, e Elul, se congregavam nos colégios para explicar e discutir a lei.

O vasto texto da Guemára é somente um estenograma abreviadíssimo de discussões vivas de milhares de sábios, de controvérsias que se estendem cada uma sobre séculos, feitas muitas vêzes em regiões diferentes, situações políticas, sociais, espirituais, das mais variadas. Os debates passam, de um assunto para outro, procurando paralelos; responde-se, muitas vêzes, com uma nova pergunta. No livro que trata dos processos de indenização, por exemplo, encontramos seis capítulos com a ética dos sábios, conhecidos como as “sentenças dos pais”. No tratado que rege o andamento de um processo, em páginas seguidas, fala-se da época do Messias e daqueles que terão parte no mundo vindouro.

O Talmude foi comparado a um mar, pois como no mar, pode-se afundar nêle. Não se consegue lê-lo como um livro; há de ser estudado em voz alta, em cantilena, retransformando pa-

(12). — Mestres da Guemára.

(13). — Reunião.

lavras isoladas em uma discussão viva e impulsiva. Não se pode dizer: o Talmude é de tal opinião! ou: o Talmude afirma isto ou aquilo! pois êle é o estenograma de discussões de milhares de pessoas, dos mais diferentes temperamentos, de trinta gerações, de inúmeras escolas, cujos mestres viviam nas mais diversas situações.

O Talmude tornou-se o livro do judeu. Houve tempos em que ameaçava até sufocar os estudos da Bíblia. O seu conteúdo é qualificado como sendo ou **Halaca** ou **Hagada**. Halaca quer dizer caminho — tudo o que determina o caminho da vida do indivíduo e do povo. Ela abrange as leis e as “cêrcas protetoras” com que estas foram circundadas, leis da religião e do culto, lei matrimonial, lei civil, lei social, higiene, etc. A palavra **Hagada** significa narração. A Hagada do Talmude, todavia, abrange, não sòmente a lenda, a prédica, mas também a ciência da religião, a filosofia, a medicina, a matemática, a astronomia, a superstição; ela é um espêlho fiel do nível cultural de um milênio. O idioma do Talmude é o aramaico, que era a séculos a língua internacional popular da Antigüidade oriental. O Talmude é tão volumoso que o seu estudo é uma tarefa para a vida inteira, e hoje são poucos os que de fato a isso se dedicam. Os anti-semitas, ignorantes da tradição rabínica, e até sem o menor conhecimento da língua, baseiam tôdas suas agressões nas publicações malévolas de um homem chamado Eisenmenger, que vivia na Alemanha em 1700, aproximadamente, para caluniar a obra de milhares dos maiores sábios do povo da Bíblia.

(Continua).

FR. PINKUSS

Professor de Língua e Literatura Hebraica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo